

CIBERTERRITÓRIO, *SOLARPUNK* E CORPOS DISSIDENTES

Elson Andre de Lima¹; Roberto Eduardo Bueno²

GT: Educação, Saúde, Território e Sustentabilidade

Resumo

Este ensaio propõe um diálogo entre o desenvolvimento sustentável e temas como território e pertencimento, especialmente diante das crises socioambientais enfrentadas atualmente. A ideia central é repensar os significados atribuídos ao “desenvolvimento”, buscando alternativas que integrem justiça social, saberes tradicionais, tecnologias e visões de futuro que rompam com o modelo capitalista e eurocêntrico dominante. A pesquisa se baseia em uma revisão de literatura, combinada a reflexões teóricas sobre conceitos como ciberterritório, *solarpunk* e corpos dissidentes, para explorar novas formas de territorialidade, resistência e produção de epistemologias plurais. O estudo evidencia que tanto os territórios físicos quanto os ciberterritórios são construções sociais atravessadas por fluxos, redes e relações de poder, e que as dinâmicas de apropriação e desenvolvimento desses espaços, sejam físicos ou digitais, frequentemente reproduzem estruturas coloniais. A partir de uma perspectiva decolonial, torna-se necessário repensar o desenvolvimento à luz das epistemologias do Sul, valorizando saberes locais e modos de vida enraizados em práticas sustentáveis. Pensar um (des)envolvimento territorial sustentável exige integrar diferentes formas de conhecimento e adotar tecnologias voltadas à equidade socioambiental e ao respeito às diversidades culturais.

Palavras-chave: 1) Envolvimento; 2) Sustentabilidade; 3) Território.

¹ Bel. Antropologia; Mestrando em Desenvolvimento Territorial Sustentável; UFPR/Litoral; Matinhos, Paraná, Brasil. E-mail: elsanflame@gmail.com. ORCID: 0009-0002-6878-3438.

² Professor do Bacharelado em Saúde Coletiva do Setor Litoral, dos Programa de Pós-Graduação em Públicas (4P) e Desenvolvimento Territorial Sustentável (PPGDTS) da UFPR. Matinhos, Paraná, Brasil. E-mail: roberto.edu.bueno@gmail.com. ORCID: 0000-0001-5546-8397.

1 INTRODUÇÃO

Em reação às discussões realizadas na disciplina “Desenvolvimento, Território e Sustentabilidade”, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, este ensaio revela-se como exercício reflexivo sobre temas contemporâneos. Explorando conceitos como ciberterritório, corpos dissidentes e *solarpunk*, constrói-se um diálogo sobre identidade cultural, preservação de saberes tradicionais e os novos contextos sociais da modernidade, compreendendo o espaço vivido historicamente e as múltiplas perspectivas territoriais entre os meios de coexistência.

Diante da intensificação das crises socioambientais e do esgotamento do modelo hegemônico de desenvolvimento, parte-se do entendimento de que o paradigma capitalista e eurocêntrico, sustentado por práticas de expropriação e exclusão, tem falhado em promover justiça social, equidade ambiental e reconhecimento das diversidades culturais. O problema central que orienta esta discussão reside na limitação das atuais estratégias de desenvolvimento em responder, de forma efetiva, às desigualdades estruturais, à destruição ecológica e à negação de existências não normativas.

Justifica-se esta abordagem pela urgência de se repensar os fundamentos do desenvolvimento a partir de perspectivas que incorporem múltiplas formas de existência e que rompam com a lógica da homogeneização e da mercantilização da vida. Ao articular reflexões teóricas com críticas ao modelo econômico vigente e às formas históricas de dominação territorial e subjetiva, este ensaio busca contribuir para a construção de uma ecologia de saberes capaz de integrar práticas locais, cosmologias diversas e tecnologias regenerativas.

O objetivo geral consiste, portanto, em analisar criticamente o conceito de desenvolvimento sustentável e suas contradições no contexto contemporâneo, explorando alternativas simbólicas e políticas que surjam a partir dos corpos dissidentes, da estética *solarpunk* e da noção ampliada de território estendendo-se aos espaços digitais, como formas de resistência e reexistência frente às desigualdades e à devastação ambiental.

2 CORPOS, SABERES E FUTUROS POSSÍVEIS

A definição de desenvolvimento sustentável muitas vezes é vista como vaga e ambígua, além de ser polissêmica, dificultando a sua implementação prática (Baines, 2004; Escobar, 2020; Ribeiro, 2008; Freitas, Nélsis e Nunes, 2012). As críticas são levantadas sobre como interesses corporativos podem se sobrepor às considerações ambientais e sociais, levando a um desenvolvimento que prioriza lucros em vez do bem-estar da sociedade e do planeta. Para Ribeiro (2008, p. 117) o debate sobre desenvolvimento sustentável e globalização tornam-se hegemônicos na década de 1990 e “ambos parecem estar alcançando seus limites como *slogans* para o século XXI, abrindo uma nova rodada de lutas ideológicas e utópicas, assim como novas oportunidades de mudança”.

Para apontar o contexto global é necessário destacar os pilares eurocêntricos como forma predominante de controle e imposições de contextos discriminatórios presentes na sociedade (Maia e Farias, 2020). Nas estruturas históricas existem reproduções dessas diversas totalidades, como a hegemonia de países de primeiro mundo, o controle dos corpos ou o poder de execução de sujeitos marginalizados. A crítica acerca da replicação dessas ideias ultrapassa limites de significado da organização do conhecimento, onde se identifica uma posição pela procura de afirmações de outras identidades em busca de direitos e políticas públicas de garantias de proteção.

Em decorrência das características da globalização existe uma compreensão sobre a ideia de desenvolvimento como sendo constituída pela produção massiva e consumismo insustentável, resultando em um aumento no nível da desigualdade social, os quais causam uma degradação ecológica tomando proporções quase irreversíveis (Artaxo, 2007; Barcelos, 2019). No entanto, a sustentabilidade não se limita apenas à preservação ou conservação de recursos naturais limitados e não renováveis, mas também a um padrão de organização do sistema que adquira características duradouras que possa se manter ao longo do tempo. É essencial que o crescimento seja adaptado a diferentes contextos e necessidades, para isso, devemos distinguir abordagens que promovem um desenvolvimento genuíno daquelas que resultam em desenvolvimento prejudicial e retrocessos (Satrústegui, 2013).

O objetivo deveria ser o do estabelecimento de um aproveitamento racional e ecologicamente sustentável da natureza em benefício das populações locais, levando-as a incorporar a preocupação com conservação da biodiversidade aos seus próprios interesses, como um componente de estratégia de desenvolvimento. Daí a necessidade de se adotar padrões negociados e contratuais de gestão da biodiversidade (Sachs, 2009, p. 53).

As atuais vias de consumo estabelecem diversas problemáticas de subsistências às populações, desde as formas insustentáveis de produção e dos produtos utilizados pelo ser humano para sua existência até a falta de equidade para seu acesso (Rios, 2012), sem mencionar a questão da biodiversidade e relações simbióticas com outros organismos. Portanto, pensar em alcançar uma transformação das práticas da humanidade em relação à natureza e as diferenças culturais é uma necessidade premente. Conforme Sachs (2009, p. 50) “é necessário observar como nossas ações afetam locais distantes de onde acontecem, em muitos casos implicando todo o planeta ou até mesmo a biosfera”. “Um desenvolvimento ambientalmente sustentável seria aquele que acopla ao crescimento econômico a conservação dos recursos naturais e da qualidade do ambiente para uma vida saudável e prazerosa desta e de futuras gerações” (Desenvolvimento local, 2000, p. 20-21).

O território, em contraste com a globalização, destaca especificidades regionais e oferece oportunidades de desenvolvimento e inclusão do local ao cenário global, valorizando suas potencialidades e singularidades em que (des)envolve diferentes visões, que vão desde uma abordagem estática até uma visão dinâmica e complexa, refletindo transformações físicas, socioeconômicas e culturas locais (Gehlen e Riella, 2004). “A abordagem territorial ocorre em diferentes dimensões, [...] só sendo compreendido pela análise de inter-relação das partes entre si e com o todo” (Dallabrida et al., 2021, p. 47-48).

Para Raynaut (2021, p. 14) a ideia de território é fundamental para entender as dinâmicas complexas da vida das comunidades humanas, diferentemente do desenvolvimento globalizado ligado ao mercado. O desenvolvimento territorial foca nas necessidades específicas das populações, que vivem em um espaço geográfico limitado e temporal. Neste sentido, o desenvolvimento aliado ao território resgata seu significado original, indo além do crescimento econômico e introduzindo uma dimensão qualitativa, liberando potenciais fechados e alcançando diversas aspirações humanas, como cultura, saúde e bem-estar, em vez do simples aumento da produção e consumo material.

A ideia defendida pelo mito do desenvolvimento econômico de Furtado (1996) reflete que a ideologia do progresso da sociedade industrial atual significa aumentar o padrão de vida da maioria da população mundial, reproduzindo uma falsa noção de que o desenvolvimento dos países industrializados possa ser replicado para o “Terceiro

Mundo”, proporcionando padrões de consumo semelhantes. Questionando o conceito de desenvolvimento como um "mito", o autor argumenta que o simples crescimento econômico não garante automaticamente bem-estar e igualdade social para países periféricos, enfatizando a necessidade de uma transformação estrutural para elevar o padrão de vida dessas populações. O modelo econômico hegemônico não considera a realidade interna marcada por desigualdades de renda e também a dependência dos recursos naturais como fonte de exploração, que direciona para a degradação e ao racismo ambiental (Arvoreagua, 2023), além da concentração de benefícios para as elites.

Nunca existiu uma ‘eterna busca por crescimento econômico’. De fato, a civilização tem 5.000 anos e o crescimento só começou a acontecer nos últimos 250 anos. Hoje se pensa e age como se o crescimento econômico fosse a regra para a Humanidade. Nunca foi. Crescimento significa necessariamente esgotamento de recursos, destruição de alguma coisa do meio ambiente. Não existe nenhum exemplo de sociedade desenvolvida que seja ecologicamente sustentável, simplesmente porque as sociedades desenvolvidas (Grã-Bretanha, Estados Unidos, Alemanha, Japão etc.) chegaram a esse nível há menos de 250 anos. Sustentáveis, podemos dizer, foram as sociedades indígenas no Brasil que tinham 12.000 anos de existência quando os portugueses chegaram aqui”. (Cavalcanti, 2012, pág. 36).

A busca incansável por ganhos financeiros agrava disparidades porque a escassez de recursos gera conflitos entre os diferentes grupos sociais e países. Essa insustentabilidade do (des)envolvimento resulta em degradação dos recursos naturais, poluição e mudanças climáticas, afetando ecossistemas e a biodiversidade, além dos seus efeitos prejudicar de forma desproporcional os grupos étnicos mais vulneráveis, particularmente em regiões que mais dependem de recursos naturais (Cavalcanti, 2012).

Freitas, Nélsis e Nunes (2012) efetuam uma análise das implicações teóricas e dos desdobramentos relacionados com a compreensão e aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável considerando a insustentabilidade inerente ao capitalismo. O trabalho realiza uma análise profunda das relações entre capitalismo e meio ambiente, propondo uma outra abordagem para questões ambientais reconsiderando a relação entre homem, natureza e capitalismo, segundo a concepção de Karl Marx (1988; 1996; 2011), em que destaca a importância da crítica marxista ao desenvolvimento sustentável e a necessidade de um novo tratamento para questões ambientais no contexto capitalista. Essa perspectiva critica a visão reducionista do desenvolvimento sustentável que trata a

natureza apenas como um recurso a ser gerido, em vez de reconhecer a interdependência entre humanos e a natureza, além da necessidade de uma relação mais ecológica e integrada. Os autores apresentam questionamentos sobre a viabilidade do desenvolvimento sustentável dentro desse modo de produção e apontam para duas tendências sobre as consequências da crise ecológica/ambientalista.

Uma delas, de caráter conservador, assume que é possível reverter a atual situação de crise adotando-se o desenvolvimento sustentável como princípio estruturante do processo de desenvolvimento. A outra tendência, de visão transformadora, assume que as raízes da crise estão no padrão civilizatório eurocêntrico, portador da ideia de progresso imposto aos povos do planeta pela colonização (Freitas, Nélsis e Nunes, 2012, não p.).

Os países colonizadores constituíram suas riquezas e poder através da exploração de outros territórios, onde hoje são considerados como subdesenvolvidos, pois se encontram em um estado de vulnerabilidade social e econômica, e continuam produzindo matérias-primas para os centrais, enquanto estes lucram com a produção industrial. O excedente econômico gerado por essa relação sustenta a economia central, perpetuando a dependência dos países periféricos e criando um ciclo de exploração e submissão (Freitas, Nélsis e Nunes, 2012).

Barcelos (2019) mostra como as mudanças ambientais ao longo da história humana desencadearam uma busca por conceitos e períodos no desenvolvimento material das sociedades, afirmando que é a exploração capitalista do trabalho que molda o ambiente. Para o autor o capitalismo nos últimos três séculos teve impactos significativos nesse desenvolvimento, refletidos globalmente no clima, oceanos, alimentos e florestas. Considera o conceito de *capitaloceno* como “uma metanarrativa provocadora que constrói uma tensão heurística importante em torno das categorias de sujeito, da ideia de tempo, espaço e humanidade” (Barcelos, 2019, p. 03). A união do capital, poder e natureza, em que capital e poder se conformam a partir da natureza, combinam exploração e expropriação, envolvendo a produção de mercadorias, exploração do trabalho e esgotamento de recursos.

A narrativa do Capitaloceno parece historicizar a relação social, o sujeito histórico e o projeto específico de co-produzir a natureza na ampla trama da

vida. Ao propor uma interpretação eco-histórica do desenvolvimento material das sociedades, o Capitaloceno oferece uma legitimidade historiográfica para as mudanças ambientais e uma compreensão dialética da natureza humana e da crise ecológica (Barcelos, 2019, p. 14).

Como consequência, o legado principal deixado pelo pensamento clássico foi derivado da produção de sua consideração do progresso – suportada sem dúvida por realizações materiais feitas durante o século XIX –, o que acabaria restringindo grande parte dos debates sobre o mesmo dentro de uma ciência econômica que, por sua vez, iria gradualmente reduzindo o alcance de sua visão sobre a realidade social (Satrústegui, 2013, p. 38-39).

Utilizando a *Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento*, de Zaoual (2010), o conceito alternativo de *homo situs*, “um *homem vivo* concreto”, aborda como as pessoas criam e vivem em espaços simbólicos que moldam sua identidade e seu senso de pertencimento. Segundo o autor, o *sítio* representa o território simbólico e invisível que influencia os comportamentos individuais e coletivos, o qual deriva como realidade simbólica fundamental para a comunidade, (des)envolvendo relações em diferentes níveis e ação simbólicas (cultural, arquitetura, economia, organização social, etc.) como uma nova perspectiva para entender o comportamento humano perante o sistema econômico.

Segundo a concepção epistemológica da teoria do *sítio* interdisciplinar, apoia-se observações empíricas diversas, incorporando pluralidade e ambivalências. Sua epistemologia permite a coexistência de aparentes contradições, incorpora a diversidade e pluralidade dos fenômenos sociais. Desta forma, a interação com o mundo invisível molda as ações no mundo real, adaptando-se a diferentes níveis, do local ao internacional (Zaoual, 2010).

Ao analisar a realidade local, é possível identificar que a pobreza, a vulnerabilidade socioeconômica, as desigualdades de raça, gênero, educação, alimentação e trabalho, assim como os fatores culturais regionais, estão profundamente conectados a dinâmicas geopolíticas e fronteiriças. Essas dinâmicas delimitam redes de interações com atores externos às instituições locais, que intensificam relações desiguais e contribuem para a transformação de sujeitos sociais em estado de *sítio de inferioridade*.

Tais situações são provocadas e sustentadas por agências externas e por estruturas institucionais que favorecem a manutenção dessas condições de violência. As populações afetadas acabam sendo tratadas como objetos de marketing político e como alvos da ganância associada à prática do poder, que alimenta conflitos fundiários e promove,

gradativamente, o apagamento de elementos fundamentais das ancestralidades nativas, caracterizadas como formas de genocídio. Esses elementos, por sua vez, são centrais para a organização social e para as condições de saúde popular nas diferentes demografias.

Utiliza-se a percepção do sítio para analisar a perspectiva territorial abordando a esfera produzida pelas novas tecnologias definida por ciberterritório – compreendido também por ciberespaço ou território cibernético³ (Silva, 2005) e *e-territórios* (Rangel e Tonella, 2014) –, “onde o *médium internet* (à semelhança da Cidade, por exemplo, enquanto *médium*) disponibiliza as principais ferramentas de socialização, neste (novo) «Espaço Digital». A análise desta incorporação / socialização é um debate em aberto” (Batista, 2015, p. 5).

Algo importante para aprofundar este tema são os novos ativos virtuais e também o dinheiro virtual que “não existe” fisicamente – diretamente relacionado a predominância do capitalismo e os mecanismos de manipulação e dependência. A discussão relacionada a constituição do ciberterritório é inspirada a partir da observação e indagação das novas formas de relações estabelecidas na contemporaneidade, hoje acessível a todos os sujeitos e territórios, sendo essencial o acesso aos instrumentos tecnológicos para a sua execução.

Esse conceito está relacionado as novas formas de transmissão de informação e interações moldadas pelos ambientes digitais e pode ser analisado como uma extensão do território físico, transição ocorrida a partir das necessidades contemporâneas (celulares, computadores, economia digital, aulas remotas, home office, lives, videochamadas, até

³ Silva (2005) faz a relação do território cibernético com a teoria de rizoma desenvolvido por Gilles Deleuze e Félix Guattari em *Mil Platôs* (1980), segundo volume da série *Capitalismo e Esquizofrenia*. “A relação entre o território cibernético, o rizoma e os princípios estabelecidos por Deleuze e Guattari é tão forte que seria possível utilizar a palavra ciberespaço em todos os lugares do texto onde se lê rizoma” (Silva, 2005). O ambiente cibernético é um campo amplo para a produção e difusão de ideia, assim como um rizoma, onde novas associações podem surgir a partir de qualquer ponto, o cyber-território permite assim geração de conhecimento coletivo e inovação. Um rizoma não cessaria de conectar cadeias semióticas, organizações de poder, ocorrências que remetem às artes, às ciências, às lutas sociais. Uma cadeia semiótica é como um tubérculo que aglomera atos muito diversos, linguísticos, mas também perceptivos, mímicos, gestuais, cogitativos [...] um método de tipo rizoma é obrigado a analisar a linguagem efetuando um descentramento sobre outras dimensões e outros registros” (Deleuze e Guattari, 1995, p. 14).

mesmas ferramentas estatísticas para processamento de dados, software, redes sociais, inteligências artificiais, plataforma de jogos e *inúmeros outros mecanismos*⁴).

No contexto dos territórios cibernéticos, adquirem relevância as redes transnacionais de circulação de informação e comunicação. Aplicado ao espaço digital, isso indica que o controle político do ciberterritório se dá justamente pela gestão das redes de dados, rotas de informação e conexões globais entre usuários e instituições. Não há fronteiras físicas claras na Internet; em vez disso, surgem fluxos invisíveis que entrelaçam territórios reais distintos, reconfigurando poder e influência (Neto, 2014).

A relação entre o conceito de Zaoual e o conceito de ciberterritório é que a noção de *homo situs* representa como a vida moderna está profundamente enraizada na interação entre o espaço físico e subjetivo, neste caso, que influencia os indivíduos que *navegam* e se definem através dessa interseção pelas relações digitais. “Os territórios cibernéticos são, acima de tudo, representações de territórios individuais e/ou privados, quer a nível grupal, quer pessoal” (Silva, 2005). O ciberterritório ilustra como o ambiente digital pode influenciar a experiência cotidiana e o comportamento, o *homo situs*, por sua vez, representa a pessoa que está imersa nessas experiências digitais e que, por isso, possui uma experiência de vida que é cada vez mais interligada com o mundo virtual. É possível afirmar que quanto mais é alimentado as relações do ciberterritório, mais distantes se

⁴ O fenômeno metaverso é um exemplo concreto desta questão. Nascimento (apud Calvo (2023), 2023, p. 54-55) menciona que existem diversas possibilidades de negócios sendo “possível vender produtos em metalojas e lançar linhas de metaprodutos, NFTs, como roupas digitais de edição limitada, sapatos e bolsas para avatares. Além disso, é possível criar pequenos negócios, como galerias de arte, clubes privados e lojas de decoração virtual. O metaverso também oferece a possibilidade de realizar eventos de moda, concertos musicais, consultas médicas, graduações em metauniversidades, encontros românticos, entre outras coisas. A compra e venda de terrenos virtuais e propriedades no metaverso estão se tornando cada vez mais frequentes, o interesse é tão grande que em 2021 o faturamento em compra e venda de imóveis no metaverso chegou a 451 milhões de euros”.

Conforme Calvo (2023) “en el núcleo duro de este contexto se encuentra la transformación digital de la economía, un proceso que está generando un modelo económico forjado sobre el diseño, aplicación y uso de tecnología digital inteligente en todas las facetas, ámbitos y procesos implicados en su desarrollo. El resultado de todo ello es lo que comúnmente se conoce como *economía digital*, aunque es un vocablo que lleva a confusión por su anacronismo y su manifiesta incapacidad para fagocitar toda la idiosincrasia de la realidad emergente de los procesos de diseño, aplicación y uso de tecnología inteligente. Si bien internet sigue siendo un mecanismo fundamental para la economía del siglo XXI, no es posible explicar su impronta en este y otros sectores desde un mero intercambio de bienes y servicios a través de dispositivos informáticos”.

tornam as relações nos ambientes físicos, em contrapartida, também oferece conexão com pessoas que estão em diferentes espaços.

Destaco a relação do ciberterritório como uma ferramenta importante de ruptura entre os meios de propagação de informações, organização e também de mobilização política relativos ao movimento dê-colonial de Maldonado-Torres (2008). Neste, o indivíduo não apenas vive em um mundo físico, mas também interage e se define através do ambiente virtual.

Essa capacidade de aglutinação, mobilização, criação de movimentos sociais em rede, entre outras ramificações, muda a forma de espacialização as relações sociais, criando os territórios da realidade virtual, acoplados a outras territorialidades. Simultaneamente a isso, desencadeia transformações no território real, aquele ligado à terra, aos limites, mesmo que fluidos, criados pelos jogos de poder. É como se pairassem sobre territórios reais outros tantos *e-territórios*, com suas infovias, os caminhos eletrônicos, um influenciando no outro, num vaivém de difícil identificação do fio da meada, de onde começa um e termina o outro. É a intercambiação entre o virtual e o real, entre o os acontecimentos, movimentando o espaço, criando outras realidades de referência, desencadeando novos eventos, num processo contínuo, com infinitas possibilidades de articulações (Rangel e Tonella, 2014, p. 103).

Zaoual (2010, p. 30) também faz referência ao termo *economias* ou *práticas dissidentes* – economias solidárias, sociais e/ou informais dos países do sul – que junto com as experiências e observações empíricas são modelos “susceptíveis de servirem como pontos de apoio a uma nova epistemologia que integra a diversidade, a pluralidade, a multidimensionalidade, o instável, a ambivalência e o caráter contraditório dos fenômenos de sociedade”. “Consideradas como ‘informais’, elas encontram seus fundamentos em sítios geradores de culturas compostas, de redes sociais e de pertencimento a grupos sociais” (ibidem, p. 30).

Esse debate permeia os diversos atores e cria fluxos culturais fragmentados, onde os sujeitos e as violências sofridas são de diversas naturezas⁵. As formas de imperialismo

⁵ André Baniwa na palestra da aula inaugural do PPGDTS comenta sobre a cosmovisão de mulheres indígenas relacionadas ao corpo-território, que segundo suas compreensões, quando os territórios são prejudicados seus próprios corpos são atingidos igualmente como resultado da sua ligação ontológica e relação de pertencimento com o local em que vivem (Baniwa, 2025). Juliana Kerexu Rete, na palestra sobre Mudanças Climáticas e os Mecanismos Tradicionais do Povo Mbya-Guarani, afirma essa reflexão quando

atual que apresenta Maldonado-Torres (2008, p. 69) se caracterizam pela invasão e subordinação dos territórios pelo sistema econômico vigente, da divisão epistêmica, racismos e inferiorização étnica, também de gênero e sexualidade. A partir da concepção do giro dê-colonial ligado ao ser/saber e a descolonização do “mundo da morte” criado pela colonização, o autor sugere assumir uma postura ético-política e teórica que busque “novas bases para o conhecer” denominado como *razão dê-colonial*. Para tanto é necessário “plantear desafios descolonizadores en los que tanto el Estado, como la economía y la educación están envueltos. La conciencia sobre la relevancia y urgencia de esta tarea es lo que llamamos hoy el giro des-colonial” (Maldonado-Torres, 2008, p. 65).

Em relação ao contexto social e cultural aponto justamente para a discussão sobre o conceito de “corpos dissidentes”⁶ porque permite reconhecer e validar a variedade das diferenças humanas, bem como desafiar as normas sociais que são opressivas e excludentes, a fim de construir um mundo mais acolhedor e respeitoso para *todes* as identidades e expressões corporais, fundamental para as discussões sobre direitos e inclusão a partir do estranhamento dos padrões exercidos e fortalecidos no cotidiano e nas reproduções midiáticas de propagação e reprodução das potências mundiais caracterizadas como “primeiro mundo” ou “norte global”.

A questão sobre inclusão e identidade de gênero está diretamente ligada a discussão de desenvolvimento territorial sustentável⁷, em que permite compor a relação de pertencimento e dos espaços construídos nas esferas sociais, afim de refletir sobre as estruturas excludentes e subversivas impostas pelas relações de poder. A relação deste conceito é representar as ordens que não se encaixam na estrutura de dominação

aborda a conexão do corpo indígena com o território e que sem o segundo, os povos não existem (Rete, 2024).

⁶ Este conceito não é atribuído a um único autor ou trabalho, mas sim emerge de várias disciplinas, frequentemente utilizado em contextos de estudos de gênero, sexualidade, raça, identidade e direitos humanos para descrever corpos que não se encaixam nas normas ou expectativas “padronizadas”.

⁷ O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5, que trata da igualdade de gênero, tem como objetivo empoderar todas as mulheres e meninas e acabar com a discriminação contra elas em todo o mundo. “A igualdade de gênero não é uma questão das mulheres, mas deve envolver igualmente homens e mulheres. Igualdade entre mulheres e homens é uma questão de direitos humanos e também condição para e indicador de desenvolvimento sustentável centrado nas pessoas. Para que seja plenamente alcançada, deverá incluir as especificidades de mulheres negras, indígenas, quilombolas, lésbicas e bissexuais, pessoas trans, entre outras” (ONU, 2016, p. 17).

inferiorizados pelos contextos históricos (raça, religião, sexo, etnia) – ou seja, que representem a diversidade dos povos originários, povos tradicionais, negros, mulheres, LGBTQIA+, asiáticos, imigrantes, refugiados políticos, corpos gordos, pessoas com necessidades especiais, etc. – que materializam o estilo de vida ético (e estético) moralmente constituído por uma sociedade hierarquizada a partir do modelo de sociedade patriarcal branco-europeu, reproduzido também pela cibercultura (Habckost, 2022).

Conforme aponta Maldonado-Torres (2008) a discussão sobre a descolonização está presente em países da América-Latina, Estados Unidos, França, Alemanha, África, Rússia. Sua relevância assume um carácter universal pois o processo colonizatório assumiu como *modus operandi*, estendendo-se até os dias atuais, cujo principal problema é o empobrecimento contínuo das populações inferiorizadas pela hierarquia capitalista, impondo muros entre áreas privilegiadas e o Terceiro Mundo e difundindo padrões de consumo individualista e insustentável. No Brasil, aponta-se como exemplo a predominância de latifundiários que se constituíram pela herança escravocrata, hoje beneficiados com os privilégios do agronegócio, contabilizando seus recursos financeiros, propriedades, tecnologias, isenções fiscais e ações corruptas para o seu fortalecimento.

O giro descolonial denota a percepção de que o poder moderno afeta distintas comunidades de forma desigual além do reconhecimento das diversas formas coloniais de poder. A vivência dos sujeitos mais impactados pela *morte moderna* e desumanização são relevantes na compreensão das estruturas de poder atuais e na proposição de alternativas. Conforme o autor, deve-se colocar a colonização no centro do debate sobre a modernidade e a descolonização como diversas estratégias de oposição para promover mudanças radicais nas estruturas vigentes (Maldonado-Torres, 2008).

Na América Latina, comunidades mestiças e outros grupos comprometidos com visões tradicionais têm se distanciado do eurocentrismo e neocolonialismo. O ponto importante do movimento dê-colonial é a interpretação da descolonização como um ato de resistência contra as práticas coloniais de dominação na era moderna, fundamentadas em relações hierárquicas e exploração. A batalha pela descolonização vai além de uma mera concepção teórica, sendo um movimento histórico que vem desde os tempos da colonização, com propósito de se libertar dessas estruturas opressivas (Maldonado-Torres, 2008).

Maldonado-Torres (2016, pág. 93) a partir de uma lógica emancipatória e decolonizadora faz menção ao termo transdisciplinaridade “como orientação e suspensão de métodos e disciplinas a partir da decolonização como projeto e como atitude”. O autor defende que esta ação “leva o sujeito cognoscente que emerge da zona do não ser a alimentar-se do ativismo social, da criação artística e do conhecimento (em algum caso também da espiritualidade) em vias de revelar, dismantelar e superar a linha ontológica moderno-colonial” (ibidem, pág. 94).

Como forma de caracterizar outras expressões e exemplos de movimento des-coloniais e realizando a ligação ao debate sobre a sustentabilidade busca-se a reflexão sobre princípios do movimento cultural denominado *solarpunk*. Trata-se de um subgênero literário surgido em meados da década de 2010 (Gambi, 2022) em que representa uma filosofia de design, um movimento artístico e sociocultural mais amplo que inspira as pessoas a pensar criativamente sobre maneiras de enfrentar os desafios globais, prevendo estilos de vida proporcionados por energias renováveis e tecnologias alternativas de interação positiva com o meio ambiente para um futuro mais justo e sustentável

Solarpunk é, no seu estado corrente, um sub-gênero de ficção oriundo e residente nas narrativas ecológicas, com componentes literárias, altamente imagéticas e gráficas. Os seus princípios têm origem não só na corrente luta, constante e urgente, para atingir uma consciência global do nosso papel destruidor no meio ambiente, como na necessidade de restauração e sustentabilidade das comunidades com base em velhos costumes, princípios espirituais, necessidades básicas do ser humano, mas também pensamentos de vanguarda. Estas preocupações estiveram presentes várias vezes, com mais ou menos influência, na história da humanidade dependendo do tempo e do povo em questão, mas a revolução industrial, os modos de produção intensivos, confrontados com a capacidade de percepção e análise pela ciência e a sociedade, fez soar alertas. Enquanto linguagem evidencia a crítica e a necessidade da sociedade se corrigir, mostrando de novo que a história registra um continuo de tentativa e erro (Fortuna, 2021, p. 11).

Este movimento permite trabalhar o imaginário de um futuro alternativo construído a partir das tecnologias e de relações resilientes com o ambiente natural e as diferentes culturas, encontrando um equilíbrio entre o (des)envolvimento das ações humana e de preservação da biodiversidade em contraponto as teorias escatológicas

relacionadas ao fim da humanidade⁸. Com base no ambientalismo, justiça social e design progressista, ele (des)envolve uma visão ecológica otimista (quase utópica) de um mundo que seja harmonioso com a natureza com base em altas tecnologias. Outros exemplos de estéticas artísticas como *tupinipunk*, *cyberagreste*, *sertãopunk* e *amazofuturismo* (Gambi, 2022) podem ilustrar o potencial da arte na luta, resistência e propagação das ideias descoloniais a partir da estética e também demonstra a importância da representatividade da diversidade cultural e interculturalidade presente no território e, principalmente, que sejam produzidas por estes grupos.

Para Raffestin (2010, p. 17) “as imagens, ou representações da realidade, não são unicamente jeitos para descrever a materialidade, mas também para explicá-la de um ponto de vista científico, literário, artístico, segundo a linguagem”. O autor deduz que a linguagem pode ter sido fator para o ser humano sentir a necessidade de realizar a representação – “duplicar” conforme descreve – do mundo material. “A realidade geográfica, então, é um pretexto para a produção de imagens. Imagens susceptíveis de ensinar uma dupla coisa no mesmo momento a respeito do lugar e do olhar mediatizado por um ator que faz a representação” (p. 16).

O autor aponta que espaço e território são intercambiáveis, sendo sua definição moldada apenas pelo uso pragmático da língua. O território é o resultado do processo de produção em escala real, em constante evolução, enquanto a paisagem é fruto de um processo mental originado na observação humana mediada por diversas linguagens (naturais, da pintura, da escultura, lógico-formais e matemáticas) (Raffestin, 2010, p. 14, 17).

As imagens permitem-nos explorar a realidade de uma forma diferente porque não podemos esgotar a sua riqueza. O processo de criação de representações requer um programa de observação, muitas vezes implícito. Para conhecer o território, são necessárias representações de “imagem” que permitam ver o objeto de diferentes ângulos.

⁸ A inspiração para abordar esse tema foi o acesso a artes gráficas produzidas sobre cidades futuristas sustentáveis visualizadas no Instagram. Um exemplo desse *design style* está disponível em: https://www.instagram.com/reel/C_TJDdjdpb/?igsh=MWM2bTgzdnc4ZDBsNQ==. Acesso 14 de setembro de 2024.

A representação é essencial para a compreensão da realidade porque as imagens são centrais neste processo, pois refletem nossa compreensão da realidade (Raffestin, 2010).

Um exemplo interessante para ilustrar essa abordagem é o trabalho de Matheus Rudo Oliveira (Figura 1), estudante do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Brasília – UnB⁹, que recebeu menção honrosa no concurso *Architectural Visualization* promovido pela *Architecture Competitions*. O projeto com inspiração em arquitetura indígena representa um mundo utópico com base no povo Guarani inspirado na seguinte pergunta: “Como o mundo vai ser no ano de 4884?”

Conforme Nogueira (2019), a interação com o meio ambiente tem como objetivo transformá-lo, garantindo sua resiliência e suprimindo as necessidades básicas da humanidade, sem prejudicar outras formas de vida. Esse enfoque não busca comprometer a qualidade de vida das pessoas, mas sim redirecionar a ciência e a tecnologia para estabelecer novos vínculos sociais e ambientais. Para alcançar esse objetivo, é fundamental levar em conta a equidade nos relacionamentos entre humanos e outras espécies. Contudo, essa mudança requer uma reavaliação profunda do atual sistema econômico e pode resultar em novos desafios sociais, econômicos e ambientais. Estudos mais aprofundados em economia ecológica e ambiental são imprescindíveis para fomentar comunidades mais justas e sustentáveis (Nogueira, 2019).

As necessidades humanas de alimentação, vestuário e habitação, entre outras, não são tratadas como prioridades. A prioridade é produzir commodities em grandes quantidades para o mercado estabelecido. Os agrotóxicos desempenham papel fundamental na produtividade, apesar de causarem problemas de saúde e contaminação e redução da qualidade do ar, solo, florestas, rios e oceanos por meio das porções residuais nas aplicações desses produtos (Nogueira, 2019, p. 132, tradução nossa).

⁹ Para mais informações: <https://youtu.be/Vs18rGUAzG0>. Acesso em 17 de julho de 2025.

Figura 1 – O FUTURO É GUARANI



Fonte: Universidade de Brasília, 2024.

Para Sachs (2009) os pilares para o desenvolvimento seriam a relevância social, prudência ecológica e viabilidade econômica como formas de reduzir a dívida histórica, social e ecológica mantida pelos seres humanos. Mesmo o autor apresentando formas seguras de explorar a biodiversidade amazônica a partir da reflexão sobre a biomassa, por exemplo, não cita meios de reflorestamento de áreas degradadas como formas para reparação de danos já causados e usos futuros.

Uma alternativa possível seria integrar a concepção epistemológica denominada como *tecnologias ancestrais* (Alves et al., 2023), que compõem práticas ligadas a oralidade num processo em que vincula conhecimentos tradicionais de produções artísticas, alimentícias, medicinais, dentre outras – relacionados a conhecimentos, técnicas e ferramentas culturalmente produzidos por povos originários ao longo da história –, para a aplicação prática de modelos que configuram um sistema ancestral. Essas tecnologias são constituídas por épocas e culturas distintas, não só pelo resultado da adaptação humana com os *recursos* disponíveis no entorno de seus locais de ocupação,

mas englobando o grande universo das relações sociais, estabelecidas também com os elementos não-humanos a partir de cosmovisões de diferentes povos autóctones¹⁰.

Emergem desafios geopolíticos no que diz respeito ao planejamento e à organização do território. De maneira a enfrentar essa problemática, é preciso buscar por meio da estrutura geográfica a aplicação de métodos participativos e colaborativos para alcançar metas comuns de (des)envolvimento territorial sustentável. Talvez não seja possível encontrar soluções para as questões ambientais sem a necessidade de uma mudança extrema no estilo de vida humano, até mesmo valorizando as novas tecnologias e o bem-estar que elas oferecem – sendo acessíveis a todos e não apenas a classe privilegiada. Compreender essas discrepâncias auxilia na análise territorial do passado e nas projeções futuras, levando em consideração os diversos contextos de cada período, as construções socioculturais e os eventos históricos, assim como as relações interpessoais e a própria identidade do indivíduo, seu pertencimento e sua interação com os outros e o entorno.

¹⁰ “O Futuro é Ancestral ou não será”. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/C6h_Dg0A95p/?igsh=dW1zcXFjcDA0dDlr. Acesso 20 de setembro de 2024.

Referências

ARTAXO, P. **Uma nova era geológica em nosso planeta? O Antropoceno.** Revista USP, n. 103, p. 13- 24, 2014.

ALVES, H. J. et al. **Saúde da família, territórios quilombolas e a defesa da vida.** Trabalho, Educação e Saúde – Rio de Janeiro, v. 21, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-ojs2209>. Acesso 20 de setembro de 2024.

ARVOREAGUA. **Racismo Ambiental.** 2023. Disponível em: <https://arvoreagua.org/crise-climatica/racismo-ambiental>. Acesso 20 de setembro de 2024.

BAINES, S. **Antropologia do Desenvolvimento e a questão das sociedades indígenas.** Revista ANTHROPOLOGICAS, ano 8, volume 15 (2): p. 29-46, 2004.

BANIWA, A. F. **O desafio da reconstrução do Bem-Viver contemporâneo Baniwa no noroeste amazônico brasileiro.** Guaju: Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 1–33, 2025. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/guaju/article/view/98733>. Acesso em: 17 jul. 2025.

BATISTA, P. **Do Espaço (Digital) ao (Cyber) Território.** Versão Rascunho 20130107, Jul/2015. DOI: 10.13140/RG.2.1.3214.0647. Acesso 19 de setembro de 2024.

BARCELOS, E. Á. da S.. **Antropoceno ou capitaloceno: Da simples disputa semântica à interpretação histórica da crise ecológica global.** Revista Iberoamericana de Economía Ecológica, Nº 1, Vol. 31, 2019, p. 1-17. Disponível em: <https://redibec.org/ojs>.

CALVO, P. **Metaverso: desafios éticos de la tokenización de la economía.** Filosofia Unisinos – *Unisinos Journal of Philosophy*, v. 24, nº 1, Jan/Abr (2023). Disponível em: <https://doi.org/10.4013/fsu.2023.241.06>. Acesso 16 de setembro de 2023.

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? Uma abordagem ecológico-econômica. São Paulo: Estudos Avançados, v. 26, n. 74, p. 35-50. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n74/a04v26n74.pdf>.

DALLABRIDA, V. R. et al. **Abordagem territorial do desenvolvimento: categorias conceituais e pressupostos metodológicos.** Revista GUAJU, Matinhos, v.7, n.1, p. 45-80, jan./jun 2021.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2.** Vol. Único (2021). Ed. 34: Rio de Janeiro, 1995.

DESENVOLVIMENTO LOCAL. Cadernos da Oficina Social – 3; Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania: Rio de Janeiro, 120 p., 2000.
ESCOBAR, A. **Antropologia e Desenvolvimento.** Maguaré 34, 1: p. 271-308, 2020. DOI: <https://doi.org/10.15446/mag.v34n1.90546>.

FREITAS, R. de C. M; NÉLSIS, C. M; NUNES, L. S. **A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável.** Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Jun/2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802012000100004>.

FORTUNA, J. R. S. de M. **O anti-futurismo solarpunk:** desenvolvimento de uma estética figurativa e narrativa. Mestrado em Desenho – Universidade de Lisboa, 123 p., 2021.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico.** Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1996.

GAMBI, E. **Um passeio pela literatura de ficção científica e de fantasia heróica brasileira mais recente.** Centro de Estudos Brasileiros - Universidade de Salamanca, 2022. Disponível em: <https://cebusal.es/podcast/biobrasil-literatura-punk-brasileira/?lang=pt-br>. Acesso 16 de setembro de 2024.

GEHLEN, I.; RIELLA, A. **Dinâmicas territoriais e desenvolvimento sustentável.** Sociologias – UFRGS: Porto Alegre, ano 6, nº 11. p. 20-26, jan./jun. 2004.

HABCKOST, G. S. **Corporalidades digitais:** narrativas de si de corpos gordos na cibercultura. 2022. Edição: Ricardo Machado. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/corporalidades/corporalidades-digitais-narrativas-de-si-de-corpos-gordos-na-cibercultura/>. Acesso em: 18 maio de 2025.

MAIA, F. J. F. FARIAS, M. H. V. de. **Colonialidade do poder:** a formação do eurocentrismo como padrão de poder mundial por meio da colonização da América. Interações (Campo Grande), 21(3). Jul/Sep 2020. DOI: <https://doi.org/10.20435/inter.v21i3.2300>.

MALDONADO-TORRES, N. **La descolonización y el giro des-colonial.** Tabula Rasa, nº 9 – Bogotá/Colombia, p. 61-72, 2008.

MALDONADO-TORRES, N. **Transdisciplinaridade e decolonialidade.** Revista Sociedade e Estado – Volume 31, Número 1. pág. 75-97, Janeiro/Abril 2016.

NASCIMENTO, Y. J. de S. **Metaverso: gênese, economia e aplicação como ferramenta de comunicação.** Monografia de Comunicação Social – Publicidade e Propaganda - UFRN. 100 p. 2023.

NETO, W. B. F. **Territorializando o “Novo” e (Re)territorializando os Tradicionais:** a Cibernética como Espaço e Recurso de Poder. Coleção Meira Mattos, Rio de Janeiro, v. 8, n. 31, p. 07-18, jan./abr. 2014.

NOGUEIRA, C. **Contradictions in the concept of sustainable development:** An analysis in social, economic, and political contexts. ENVIRONMENTAL DEVELOPMENT, n.º 30, p. 129-135, 2019.

OLIVERA, M. R. O futuro é Guarani. **Honorable mentions, Architectural Visualization Award, 2ª Ed.** Disponível em:

<https://architecturecompetitions.com/architecturalvisualizationaward2/>. Acesso 19 de setembro de 2024.

ONU. **Glossário de termos do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5:** Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. 2016. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Glossario-ODS-5.pdf>.

RANGEL, M. C. TONELLA, C. **E-território:** reflexões preliminares sobre redes sociais virtuais e mudanças territoriais. Geoiंगा: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá, v. 6, nº 1, p. 95-109, 2014.

RAYNAUT, C.. **Prefácio.** In: Desenvolvimento territorial: olhares contemporâneos / Valdir Frigo Denardin e Alan Ripoll Alves (Ed.) – Londrina: Editora Mecenias, p. 11-16, 2019.

RETE, J. K. **Mudanças climáticas e os mecanismos tradicionais do povo Mbya-Guarani. Como adiar o fim do mundo? A queda do céu já aconteceu ou não?** XVIII Seminário de Desenvolvimento Sustentável – Alternativas Sistêmicas: Caminhos para um Novo Amanhã. Grupos PET (Comunidades do Campo, Indígena e Litoral Social). 18 de setembro de 2024.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Poder, redes e ideologias no campo do desenvolvimento.** Novos Estudos, vol. 80, CEBRAP, p. 109-125, 2008.

RIOS, F. T. **Antropología del Territorio.** Polis, Revista de la Universidad Bolivariana, v. 11, nº 32, p. 493-510, 2012. DOI: [10.4067/S0718-65682012000200023](https://doi.org/10.4067/S0718-65682012000200023).

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Garamond – Rio de Janeiro. STROH, P. Y. (org.), 96 p., 2009.

SATRÚSTEGUI, K. U. **Desenvolvimento, subdesenvolvimento, mau-desenvolvimento e pós desenvolvimento:** um olhar transdisciplinar sobre o debate e suas implicações. Perspectivas sobre o desenvolvimento. Brasília, v. 1, n. 1, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/perspectivasdodesenvolvimento/issue/archive>.

SILVA, M. T. C. da. **A territorialidade do ciberespaço.** Revista Educação Pública, 2005. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/2/1/a-territorialidade-do-ciberespaço>. Acesso em 15 de setembro de 2024.

SUZUKI, E. **Com Futuro é Guarani, estudante recebe menção honrosa em concurso internacional de arquitetura.** UnBNotícias, 2024. Disponível em: [https://www.noticias.unb.br/pesquisas-estudos-e-projetos/7085-com-futuro-e-guarani-estudante-recebe-mencao-honrosa-em-concurso-internacional-de-arquitetura#:~:text=Inspirado%20na%20arquitetura%20ind%C3%ADgena%2C%20o,IA\)%22%2C%20explica%20Matheus](https://www.noticias.unb.br/pesquisas-estudos-e-projetos/7085-com-futuro-e-guarani-estudante-recebe-mencao-honrosa-em-concurso-internacional-de-arquitetura#:~:text=Inspirado%20na%20arquitetura%20ind%C3%ADgena%2C%20o,IA)%22%2C%20explica%20Matheus). Acesso 19 de setembro de 2024.

ZAOUAL, H. **O Homo situs e suas perspectivas paradigmáticas.** OIKOS, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 13-39, 2010. Disponível em: <http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/view/196>.